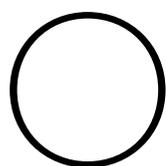


PARA AMPLIAR A PORTA DE ENTRADA

Programas pioneiros aumentam o acesso de estudantes de escolas públicas aos cursos de graduação

FABRÍCIO MARQUES



vestibular de 2016 da Unicamp alcançou um marco na inclusão social de estudantes. Pela primeira vez, mais da metade (51,9%) dos 3,3 mil aprovados fez o ensino médio em escolas públicas, em contraste com uma média histórica na casa dos 35% nos últimos 10 anos. Desde 2004, por meio do Programa de Ações Afirmativas para Inclusão Social (Paais), a Unicamp concede um bônus sobre a nota da segunda fase do vestibular de alunos egressos de escolas públicas, com pontos

extras para os que tenham ascendência africana ou indígena. A novidade foi a decisão de ampliar em 50% a bonificação, num total de 90 pontos para egressos do ensino público e de outros 30 pontos para alunos da rede pública autodeclarados pretos, pardos ou indígenas. E também foi concedido um bônus na primeira fase do vestibular, a fim de aumentar o número de concorrentes aptos para a segunda fase: foram 60 pontos adicionais para estudantes do sistema público e mais 20 pontos para pretos, pardos ou indígenas.

“Fizemos simulações sobre o tamanho da bonificação necessária para conseguir atingir os 50% de alunos oriundos de escolas públicas, definidos nas metas de inclusão social para 2017 estabelecidas pelo Conselho Universitário. O nosso cálculo foi certo”, diz Edmundo Capelas de Oliveira, professor do Instituto de Matemática, Estatística e Computação Científica (Imecc) e coordenador-executivo da Comissão Permanente para os Vestibulares (Comvest) da Unicamp. Encerradas as matrículas, o percentual



caiu um pouco: escolas públicas são a origem de 47,4% dos calouros em 2016. “É comum que uma parte dos aprovados siga outros caminhos, pois prestam vestibular em várias instituições”, afirma.

A ampliação do bônus foi a estratégia encontrada pela reitoria da Unicamp para acelerar o ingresso de alunos de escolas públicas sem abrir mão da filosofia que marca seus programas de ação afirmativa: a de que a admissão esteja relacionada ao mérito e ao desempenho dos estudantes no vestibular, em con-

traposição ao sistema de cotas vigente em outras universidades que pode, em tese, permitir a entrada de alunos com formação muito precária, principalmente em cursos pouco concorridos. O Paaís inspirou programas de outras instituições, como a Universidade de São Paulo (USP), que concede um bônus equivalente a 15% sobre a nota obtida no vestibular de candidatos que fizeram o ensino fundamental e o médio em escolas públicas, além de 5% para pretos, pardos ou indígenas.

Turma de calouros de medicina que ingressou na Unicamp no último vestibular: 65,5% dos matriculados vieram de escolas públicas

A Unicamp mantém um segundo programa de ação afirmativa, o ProFIS (sigla para Programa de Formação Interdisciplinar Superior), que seleciona os melhores alunos do 3º ano de ensino médio público de Campinas, com base nas notas do Enem, e lhes oferece um curso de dois anos com conteúdo multidisciplinar, num projeto de formação geral semelhante ao que é feito em universidades da Europa ou dos Estados Unidos. Ao final do curso, estudantes que concluíram o ProFIS podem ingressar na graduação da Unicamp sem passar pelo vestibular. “O Paais e o ProFIS são complementares. Enquanto o Paais atrai um público oriundo de colégios técnicos, que são escolas públicas de alta qualidade frequentadas também pela classe média, o ProFIS atrai estudantes pobres que, em sua maioria, nem cogitariam disputar o vestibular da Unicamp”, explica Marcelo Knobel, professor do Instituto de Física Gleb Wataghin (IFGW), um dos responsáveis pelo lançamento do ProFIS em 2011, quando era pró-reitor de Graduação da Unicamp.

Como é comum em iniciativas de ação afirmativa, a bonificação ampliada nas notas do vestibular de 2016 gerou controvérsias. A estratégia teve um efeito exacerbado em carreiras concorridas como medicina e arquitetura, atraindo um contingente de alunos de escolas públicas bem maior do que a média. Ocorre que, nesses cursos, a abundância de candidatos muito bem preparados faz com que a diferença de pontos entre eles seja muito pequena – é comum que décimos de pontos separem os aprovados daqueles que aguardam a segunda ou a terceira chamadas. Por isso, a bonificação de até 120 pontos na segunda fase deu uma vantagem significativa para os alunos de escolas públicas. Na medicina, eles foram 88,2% dos aprovados – o percentual de matriculados foi de 65,5%. Um grupo de pais de candidatos que vieram de escolas particulares e não obtiveram aprovação foi à universidade reclamar. Alguns sugeriram a adoção de cotas, para que a reserva de vagas para alunos de escolas públicas não ultrapassasse os 50% – esse é o limite definido para as universidades federais por uma lei de cotas, de 2012. “Apresentamos aos pais os critérios adotados, mostramos que os calouros entraram por mérito e justificamos que é importante para a univer-

sidade receber alunos de classes sociais diferentes”, diz Capelas, da Comvest.

Joana Bastos, coordenadora associada do curso de graduação da Faculdade de Ciências Médicas (FCM) da Unicamp, vê um impacto positivo na diversidade de alunos, visível na presença de quase um terço de estudantes autodeclarados pardos (27,3%) e negros (3,6%) – em turmas anteriores, a soma de pardos e negros oscilava entre 3% e 14% – e de mais de uma dezena de alunos com mais de 26 anos, entre os 110 aprovados em 2016. “Nosso objetivo é formar médicos com postura ética, visão humanística, senso de responsabilidade social e compromisso com a cidadania. Esses alunos trarão uma pluralidade de olhares sobre o curso, uma vez que muitos são usuários do SUS e provêm de diferentes classes sociais, etnias e regiões do país”, diz a professora. Segundo ela, o entrosamento da turma de calouros da FCM com esse novo perfil é tão bom quanto o das turmas anteriores. Mas a novidade gerou manifestações de preconceito. Numa competição entre estudantes de medicina na cidade de Lins, realizada em março, cinco torcedores da equipe da Faculdade de Medicina de Jundiaí pintaram o rosto de preto e escreveram no corpo as letras da palavra “cotas” para provocar o time adversário, formado por alunos da Unicamp. “Foi chato o

OS PRIMEIROS SEMESTRES DA GRADUAÇÃO COSTUMAM SER OS MAIS DIFÍCEIS PARA OS ESTUDANTES EGRESSOS DE ESCOLAS PÚBLICAS

que aconteceu, mas aqui na Unicamp me sinto bem acolhida”, diz a estudante de medicina Belisa Brunow Ventura, de 19 anos, uma das beneficiadas pelo Paais. Ela fez o ensino médio numa escola técnica de Curitiba e obteve pontuação no Enem para cursar medicina na Universidade Federal do Paraná, mas optou pela Unicamp. “Estou gostando do curso. A principal dificuldade é viver longe da família”, explica. Do total de calouros de medicina beneficiados pelo PAAIS, 61,5% vieram de escolas técnicas.

REVISÕES

Segundo Edmundo Capelas, a experiência de mais de uma década do Paais mostra que a maioria dos egressos de escolas públicas consegue superar suas eventuais deficiências no decorrer da graduação. Mas afirma que a estratégia adotada em 2016 ainda está sendo avaliada e pode sofrer ajustes. Segundo ele, nas disciplinas de cálculo, por exemplo, as primeiras aulas do semestre foram dedicadas a revisões da matemática do ensino médio, numa tentativa de preencher lacunas na formação dos novos alunos.

Os primeiros semestres frequentemente são os mais difíceis para alunos egressos de escolas públicas. “Fiz o ensino médio numa escola técnica federal e tive uma formação voltada para a resolução de problemas. Não estava preparado para o grau de abstração em matemática exigido na universidade”, reconhece Gleyson Roberto do Nascimento, 35 anos, aluno de graduação do curso de engenharia elétrica, que entrou na Unicamp em 2009 com ajuda do Paais. Filho de um cobrador de ônibus e de uma dona de casa, Nascimento já tinha concluído o curso técnico havia quatro anos quando decidiu fazer o vestibular da Unicamp. “Trabalhava como técnico, mas ficou claro para mim que, se eu quisesse progredir e ajudar mais minha família, deveria fazer engenharia”, diz. Segundo ele, o apoio que recebe da Unicamp como aluno vinculado ao Paais – uma bolsa de trabalho de cerca de R\$ 800, moradia numa república e alimentação gratuita – foi essencial para seguir o curso. “Minha expectativa é me formar no ano que vem e arrumar um emprego que me permita fazer também mestrado ou doutorado.”

O Paais começou a ser concebido em 2003, na gestão do reitor Carlos Henri-



Alunos do ProFIS em sala de aula: ponte entre o ensino médio em escolas públicas e a graduação da Unicamp, sem passar pelo vestibular

que de Brito Cruz, hoje diretor científico da FAPESP. Na época, o debate sobre ações afirmativas ganhava expressão no país, depois que o governo fluminense sancionou uma lei reservando 50% das vagas no vestibular da Universidade do Estado do Rio de Janeiro para alunos de escolas públicas. “Surgiram projetos na Assembleia Legislativa de São Paulo propondo cotas e eles foram enviados às universidades para discussão”, conta Renato Pedrosa, professor do Instituto de Geociências da Unicamp, que era coordenador de pesquisa da Comvest. “Lembro-me de uma reunião na reitoria em que se discutiu o que fazer. Combinou-se que daríamos uma resposta, dizendo se apoiávamos, se éramos contra ou se proporíamos algo diferente com lastro acadêmico”, recorda. Pedrosa e sua equipe passaram a analisar o desempenho dos alunos de escolas públicas no vestibular da Unicamp e a trajetória acadêmica dos que entravam na universidade.

“Fomos olhar a nota no vestibular e as notas ao longo do curso para ver o que havia de diferente entre egressos de escolas públicas e de particulares”, diz.

POTENCIAL ACADÊMICO

A análise mostrou que a nota do vestibular era um prenúncio da performance do aluno no primeiro ano de graduação, mas não no restante do curso. Muitos dos egressos de escolas públicas que se classificavam para as últimas vagas melhoraram seu desempenho ao longo do tempo e terminavam o curso em melhor posição no ranking da turma. Essa evidência deu base à ideia do bônus na pontuação. “Os dados mostravam que alguns alunos de escolas públicas, provenientes de um contexto socioeconômico desfavorável e com um capital educativo mais baixo, tinham um potencial acadêmico maior do que a nota do vestibular descrevia. Se déssemos um bônus na pontuação, corrigiríamos esse desequilíbrio na entrada, permitindo que esses bons candidatos entrassem na universidade”, afirma Pedrosa. Uma comissão foi composta para elaborar uma proposta. Em relação aos negros e indígenas, havia dúvidas em relação à forma de definir quem poderia se beneficiar – se haveria uma instância para dizer se o candidato se encaixava nessas categorias raciais ou se a autode-

claração seria suficiente. Por sugestão do sociólogo Octavio Ianni, que integrava a comissão, optou-se pela autodeclaração.

A bonificação foi aprovada pelo Conselho Universitário em 2004 e aplicada no vestibular de 2005. Inicialmente, o bônus era de 30 pontos para alunos de escolas públicas, com 10 extras para pretos, pardos ou indígenas. A proporção de alunos de escolas públicas subiu de 29% em 2004 para 34% em 2005. A expectativa da Comvest era que esse percentual aumentasse nos anos seguintes até superar os 50% de aprovados, graças ao crescimento do número de candidatos oriundos de escolas públicas. “Tínhamos motivos para acreditar nessa evolução, porque o número de concluintes do ensino médio havia dobrado entre 1994 e 2003”, lembra Pedrosa. Isso, contudo, não aconteceu. No estado de São Paulo, há uma década a proporção de pessoas que concluem o ensino médio permanece na casa dos 66% – no Brasil, o índice é de 55%. “Houve estagnação no ensino médio no Brasil, que se refletiu nos resultados do Paais. Depois do salto inicial, não conseguimos avançar de modo vigoroso.” Em 2013, o bônus na segunda fase do vestibular foi ampliado pela primeira vez, dobrando em relação ao patamar definido em 2004. Em 2016, houve novo aumento, além da oferta de bônus também na primeira fase.

DA REDE PÚBLICA PARA A UNIVERSIDADE

Porcentagem e número de calouros oriundos de escolas públicas entre os matriculados na Unicamp em 2016 – em 12 cursos selecionados

	%	NÚMEROS DE ALUNOS
CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO	81,8	45
MEDICINA	65,5	72
GEOLOGIA	60	12
ESTATÍSTICA	56	42
ARQUITETURA E URBANISMO	53,3	16
QUÍMICA	52,1	37
ENGENHARIA CIVIL	48,1	39
NUTRIÇÃO	44,1	26
HISTÓRIA	42,5	17
ODONTOLOGIA	35,1	27
ADMINISTRAÇÃO	24,4	44
DANÇA	24	6

FONTE COMVEST/UNICAMP

Já o Programa de Formação Interdisciplinar Superior (ProFIS) utiliza as notas do Enem para identificar os melhores alunos de 96 escolas públicas de ensino médio de Campinas. Como o curso de dois anos de duração oferece 120 vagas, alguns colégios estão representados por mais de um estudante. Esse público era escassamente atendido pela universidade. Dados da Comvest mostram que 55% das escolas públicas de Campinas não tiveram nenhum aluno matriculado na Unicamp entre 2008 e 2009, enquanto outros 20% só tiveram um aluno aprovado no vestibular. “A ideia foi criar um curso de formação geral em nível superior, que lidasse em parte com as deficiências dos alunos no ensino médio, mas tivesse como objetivo principal mudar

a visão de mundo e tornar o aluno um cidadão melhor”, explica Knobel.

O projeto do curso de formação interdisciplinar foi definido por uma comissão composta por professores de várias unidades da Unicamp, que funcionou entre 2009 e 2010. O grupo resgatou uma discussão feita no final dos anos 1990, quando o então reitor Hermano Tavares encomendou um projeto de curso de graduação capaz de dar uma formação geral aos estudantes, a exemplo dos *colleges* dos Estados Unidos. O projeto não foi adiante na época. “Entenda-se por formação geral um conjunto de disciplinas e conhecimentos de diversas áreas sobre o qual o aluno depois vai especializar-se”, diz Elisabete Monteiro de Aguiar Pereira, professora da Faculdade de Educação

da Unicamp, que foi responsável pelo projeto de 1999 e integrou a comissão do ProFIS, 10 anos depois. “A formação geral permite criar um profissional cidadão, que não se verá só como um técnico ou um especialista. Essa formação interdisciplinar era defendida por Zeferrino Vaz nos primórdios da Unicamp.”

A grade curricular proposta tem 28 disciplinas obrigatórias de diversas áreas, de ética à evolução, da língua inglesa aos grandes textos da literatura, da matemática às tecnologias de informação. O curso é integral. “O objetivo é garantir o domínio de várias habilidades e também fazer o aluno do ProFIS circular por toda a universidade e escolher de forma bem informada o curso que gostaria de seguir”, conta Elisabete, que aponta outras inovações no projeto, como a avaliação continuada, a cargo do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas (Nepp) da Unicamp a partir de 2011.

PONTOS CRÍTICOS

Os relatórios do Nepp classificam os resultados do programa como positivos, especialmente pela implantação de um curso de educação geral interdisciplinar em uma universidade intensiva em pesquisa. Os alunos avaliam o ProFIS de forma positiva e mostram-se satisfeitos com a experiência, inclusive aqueles que saíram do programa antes da conclusão. Alguns pontos críticos apontados referem-se ao currículo denso com carga horária considerada excessiva, que dificulta tanto a atividade de iniciação científica, obrigatória no programa, quanto a dedicação ao estudo individual ou em grupo.

A taxa de evasão do ProFIS foi alta na primeira turma (49%), mas diminuiu nas posteriores. O principal motivo alegado pelos alunos que deixaram o programa foi a dificuldade de acompanhar a grade curricular. De acordo com Ana Maria Alves Carneiro da Silva, pesquisadora do Nepp que coordenou a avaliação do ProFIS, a taxa de evasão das cinco primeiras turmas foi, em média, de 33,6%. “Não é uma taxa alta para um programa de ação afirmativa que recebe alunos das escolas públicas cuja qualidade é baixa em geral e precisa lidar com essa realidade. Além disso, no levantamento dos ingressantes em todos os cursos da Unicamp de 2003, vimos pelo menos oito cursos com taxas de evasão maiores do que essa”, afirma. O aproveitamento dos alunos do ProFIS

que chegam ao final do curso é elevado. A maior parte ingressou na Unicamp: 63% da primeira turma e 75% da segunda. Também houve quem entrasse em outras universidades, públicas ou privadas.

De acordo com o pró-reitor de Graduação da Unicamp, Luis Alberto Magna, o ProFIS foi submetido recentemente a um processo de avaliação externa que recomendou mudanças. “Em que pese seu inegável mérito inclusivo pelo mecanismo de admissão dos alunos, o ProFIS requer reavaliação de seu projeto político-pedagógico”, afirma. Na sua avaliação, a proporção de concluintes é baixa e isso se deve em boa medida ao fato de o ProFIS não conferir diploma de nível superior aos egressos, caso eles optem por não continuar os estudos no nível superior. “Essa característica é, em grande parte, determinante da alta evasão que caracteriza o programa desde a sua implantação.” Segundo Magna, a ideia é transformar o curso em algo semelhante aos bacharelados interdisciplinares oferecidos em algumas universidades federais, garantindo um diploma de graduação para os estudantes. De to-

do modo, diz o pró-reitor, mantém-se a meta de que os alunos passem para um dos cursos de graduação da Unicamp quando concluírem o programa.

DESAFIOS

A história de Bárbara Cardoso Miranda, de 22 anos, estudante do curso de fonoaudiologia da Unicamp, resume os desafios enfrentados pelos alunos do ProFIS. Ela concluiu o ensino médio em 2011 numa escola pública de Campinas e chegou a passar no vestibular de uma faculdade particular, no curso de biomedicina. Mas sua nota no Enem a habilitou a participar do programa da Unicamp, que recrutava sua segunda turma. “Entrar numa universidade pública não estava no meu horizonte. As pessoas diziam que era preciso ter dinheiro para se manter na Unicamp e eu não podia”, diz ela, filha de um motorista de ônibus, hoje aposentado, e de uma cobradora, que se conheceram no trabalho. Optou pelo ProFIS e se manteve no curso graças a uma bolsa e à gratuidade da alimentação e do transporte. Achou o curso puxado. “Tinha dificuldade com

ciências exatas e precisei fazer três vezes a disciplina pré-cálculo. Mas quando precisei rever esses conteúdos no curso de fonoaudiologia foi muito mais fácil.” Uma lembrança negativa era a ansiedade de não saber o que iria acontecer no final do curso, se seu desempenho seria ou não suficiente para ingressar na Unicamp. Hoje, a um ano e meio de terminar a graduação, já toma contato com o mercado de trabalho. “Faço estágio num hospital-escola”, conta.

Para Marcelo Knobel, o balanço dos primeiros anos do ProFIS mostra que seus objetivos foram cumpridos. “O programa fornece uma formação geral, de caráter multidisciplinar, e está formando cidadãos com visão crítica e sensíveis para a construção de uma sociedade mais democrática e justa”, afirma. Na sua avaliação, é um equívoco pensar que o curso faz com que os alunos desperdicem dois anos, tendo em vista o déficit de aprendizado no ensino médio. “Seria um equívoco admitir os alunos na graduação sem essa formação complementar, pois dificilmente teriam condição de acompanhar o curso”, conclui. ■

**UNICAMP
HÁ 50 ANOS
A NOSSA
REFERÊNCIA
EM CIÊNCIA,
SAÚDE E
EDUCAÇÃO.**

**UMA HISTÓRIA
SEMPRE PRESENTE
NO NOTICIÁRIO
DA EPTV.**

Uma homenagem

